



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA
Faculdade de Direito
Programa de Pós-Graduação em Direito
Mestrado em Direito

**A IMPORTÂNCIA DO BEM JURÍDICO PARA O DIREITO PENAL E A NECESSIDADE DE
DELIMITAÇÃO**

SALVADOR-BAHIA

2014

A IMPORTÂNCIA DA PROTEÇÃO DO BEM JURÍDICO PENAL E A NECESSIDADE DE DELIMITAÇÃO

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Universidade Federal da Bahia, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito Público, sob a orientação da Professora Maria Auxiliadora Minahim.

SALVADOR- BAHIA

2014

BANCA EXAMINADORA

*Aos meus pais, ao meu filho e ao meu noivo,
pelo auxílio apoio e carinho. Aos meus
amigos, em especialmente a Ana Maria e a
Débora, pelo incentivo, compreensão e
paciência.*

Agradecimentos

À estimadíssima professora Maria Auxiliadora Minanhim, fonte de admiração e inspiração de todos os aprendizes do direito penal, meus sinceros agradecimentos pelo apoio, confiança depositada e conhecimentos transmitidos.

Ao meu filho, Rodrigo Gil que diante de tantas dificuldades permaneceu sempre ao meu lado.

“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas Graças a Deus, não sou o que era antes”.
(Marthin Luther King)

RESUMO

O presente trabalho discorre sobre a importância do bem jurídico para o Direito Penal e a necessidade de sua delimitação.

Em um Estado Democrático de Direito que almeja a constante paz social, nota-se o valor fundamental em delimitar a intervenção estatal a partir da seleção dos bens jurídicos penais que realmente devam estar inseridos no contexto social moderno, de acordo com a realidade do momento. A sua forma de proteção são fontes nas quais o direito penal necessita obrigatoriamente assentar seu fundamento, ainda que não seja de forma exclusiva.

Mostra-se a importância de delimitação da intervenção do Estado na esfera pessoal de liberdade do cidadão a partir deste recurso. Outrossim, destaca-se a necessidade de harmonização entre os valores vigente na sociedade e a seleção dos bens jurídicos, conferindo legitimidade a intervenção Estatal. Discute-se também, as construções que dispensam a ideia de bem jurídico no direito pena, concluindo-se afinal por sua imprescindibilidade.

Palavras-chaves: Direito Penal – Bem jurídico penal – Intervenção estatal- Delimitação do bem jurídico- Princípios

ABSTRACT

This work is guided by the concern to demonstrate the relevance of legal interest to criminal law and the need for its delimitation.

In a democratic state that craves constant social peace, there is the fundamental value in defining state intervention from the selection of criminal legal goods that really should be inserted in the modern social context, according to the reality of the moment. Its form of protection are sources in which the criminal law needs must become their foundation, although not exclusively.

Shows the importance of delimitation of state intervention in the sphere of personal freedom of citizens from this resource. Furthermore, there is a need for harmonization between the current values in society and the selection of legal goods, giving legitimacy to State intervention. It discusses also the constructs that preclude the idea of the law and legal penalty, concluding after by their indispensability.

Keywords: Criminal Law - Criminal Legal Well - in-state demarcation of good legal and Principles

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 O DIREITO PENAL E A EXCLUSIVA PROTEÇÃO DE BENS JURÍDICOS	12
1.1 A função do Direito Penal.....	13
1.2 Definição do bem jurídico.....	22
1.3.1 O bem jurídico com fim da norma.....	32
1.3.2 Classificação.....	33
1.4 SÍNTESE EVOLUTIVA SOB O ASPECTO HISTÓRICO DO BEM JURÍDICO.....	46
1.4.1 Pré-iluminismo e iluminismo.....	48
1.4.2 Feuerbach e Birnbaum.....	49
1.4.3 Positivismo: Binding e Von Lizst.....	51
1.4.4 Concepção Neokantiana.....	53
1.4.5 Teorias sociológicas ou funcionalista.....	55
1.4.6 Teorias constitucionais.....	57
1.5 Funções e importância do bem jurídico.....	61
2 CRÍTICAS À ADOÇÃO DA TEORIA DO BEM JURÍDICO.....	64
2.1 Valores definem bens jurídicos?.....	66
2.2 É possível incriminar na ausência bem jurídico?.....	69
2.3 Lesão ao bem jurídico: questão de política-criminal?.....	71
3 PARÂMETROS PARA A DELIMITAÇÃO DO BEM JURÍDICO.....	79
3.1 Princípio da exclusiva proteção de bens jurídicos.....	80
3.2 Princípio da dignidade da pessoa humana no Estado Democrático Social de Direito.....	83
3.3 Princípio da necessidade: relevância social.....	86
3.4 Princípio da ofensividade ou lesividade.....	88
3.5 Princípio da subsidiariedade como complemento indispensável da ideia de proteção de bens jurídicos.....	91
3.6 Princípio da proporcionalidade como fator de relevância para identificação do bem jurídico.....	91
3.6.1 Proibição de Excesso.....	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	100